

LIMA BARRETO E A CIDADE PELO AVESSE: POR UMA EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA

LIMA BARRETO AND THE CITY FROM THE INSIDE OUT: FOR A LIBERTARIAN EDUCATION

LIMA BARRETO Y LA CIUDAD DE ADENTRO HACIA AFUERA: HACIA UNA EDUCACIÓN LIBERTARIA

Priscilla Melo Ribeiro de Lima¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a literatura de Lima Barreto como escrita de si e os elementos que ela suscita para uma reflexão sobre a condição da mulher negra e uma educação libertária. Através dos personagens Cassi Jones e Clara dos Anjos, Lima Barreto escancara o avesso da cidade e traz à tona o subúrbio, fornecendo elementos para uma reflexão sobre a perversidade da exclusão social. Nesta análise, percebe-se como a educação de ambos os personagens contribuiu para a construção de sujeitos incapazes de pensar criticamente a sociedade. Enquanto Cassi reproduzia toda a lógica hegemônica do patriarcado e do mito do corpo da mulher negra destinada ao sexo, Clara não tinha consciência de sua classe e raça, o que a fez se tornar vulnerável aos devaneios e às promessas vazias de Cassi Jones. A análise da obra constitui, ainda, uma chave importante para compreensão da sociedade brasileira atual. Nota-se que a educação continua gerando jovens de classe média que reproduzem os discursos hegemônicos, e jovens de classe baixa que não encontram sentido na escola e são impedidos de construir um futuro diferente do preconizado pela hegemonia.

PALAVRAS-CHAVE: Lima Barreto; Clara dos Anjos; subúrbios; mulher negra; educação libertária.

ABSTRACT

This article aims to discuss Lima Barreto's writing as a form of self-writing; and how it raises elements for a reflection on the condition of black women and a libertarian education. Through the characters Cassi Jones and Clara dos Anjos, Lima Barreto exposes the underside of the city and brings the suburbs to light, providing elements for a reflection on the perversity of social exclusion. In this analysis, it is clear how the education of both characters contributed to the construction of subjects incapable of critically thinking about society. While Cassi reproduced the hegemonic logic of patriarchy and the myth of the black woman's body destined for sex, Clara was unaware of her class and race, which made her vulnerable to daydreams and to Cassi Jones's empty promises. The analysis of the work also constitutes an important key to understanding current Brazilian society. It is noted that education continues generating middle-class youth who reproduce hegemonic discourses, and lower-class youth who do not find meaning in school and are prevented from building a future different from that advocated by hegemony.

KEYWORDS: Lima Barreto; Clara dos Anjos; suburbs; black woman; libertarian education.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la escritura de Lima Barreto como una autoescritura; y cómo plantea elementos para una reflexión sobre la condición de las mujeres negras y una educación libertaria. A través de los personajes Cassi Jones y Clara dos Anjos, Lima Barreto abre el interior de la ciudad y saca a la luz los suburbios, aportando elementos para una reflexión sobre la perversidad de la exclusión social. En este análisis, se evidencia cómo la educación de ambos personajes contribuyó a la construcción de sujetos incapaces de pensar críticamente la sociedad. Mientras Cassi reproducía toda la lógica hegemónica del patriarcado y el mito del cuerpo de la mujer negra destinado al sexo, Clara desconocía su clase y raza, lo que la hacía vulnerable a las ensoñaciones y promesas vacías de Cassi Jones. El análisis de la obra constituye también una clave importante para comprender la sociedad brasileña actual. Se advierte que la educación sigue generando jóvenes de clase media que reproducen discursos hegemónicos, y jóvenes de clase baja que no encuentran sentido en la escuela y se ven impedidos de construir un futuro distinto al que propugna la hegemonía.

PALABRAS CLAVE: Lima Barreto; Clara dos Anjos; afueras; mujer negra; educación libertaria.

¹ Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), Brasil. Orcid: 0000-0003-2426-0715.

A rua é o seu elemento. Todos os seus livros, contos, pequenos escritos reassumem esse seu amor pela rua.

(Crítica sobre a escrita de Lima Barreto publicada na revista *A Época* de 18 de fevereiro de 1916).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Caminhar pela cidade sem destino definido pode ocasionar cenas inusitadas. Essa novidade, trazida pela modernidade e pelas cidades modernas, teve desdobramentos importantes na forma como a pólis e seu jogo de luzes e sombras podem ser experimentados. Acompanhar a multidão de operários e trabalhadores se locomovendo da periferia para seus locais de trabalho; observar a movimentação dos sujeitos incógnitos que moram nas esquinas e nos becos; desviar o foco das vitrines e das luzes para o que está nas sombras; tudo isso revela muito da organização cidadina. Poderíamos ousar dizer que revela, de fato, como a cidade é e se organiza.

Esse avesso escondido por debaixo do movimento do consumo e da modernidade, fomentados pelo capitalismo, foi tema de pesquisa de alguns autores importantes, como Walter Benjamin, e também de escritores importantes, como Lima Barreto, Machado de Assis, João do Rio, dentre outros. Esse avesso, entretanto, parece estar visível apenas para aqueles que não se identificam com a multidão deslumbrada com a cidade ou imersa nas agruras do trabalho precarizado. Dessa não identificação, surge um personagem próprio da modernidade – o flâneur ou o andarilho. Postulado por Benjamin (1938/2015), o andarilho é um personagem que anda pela cidade sem estar imerso na multidão. Ele anda para observar e, observando, consegue refletir sobre a cidade. Em suas andanças, ele percorre as grandes avenidas, mas seu prazer maior está em andar pelos becos, morros e subúrbios, onde pode, de fato, observar como a vida é por trás do que a hegemonia prevê. Afeito ao jogo de luzes e sombras da cidade moderna, o andarilho traz à tona o que foi ocultado pelas luzes modernas. Ele busca desnudar o avesso da cidade e trazer à tona o que foi esquecido ou destruído pela civilização – suas ruínas. Diante disso, sua busca pode se configurar também como uma tentativa de desvelamento do passado silenciado pelos vitoriosos.

Benjamin (1940/2012b), ao escrever sobre o esquecimento e memória, analisa como a História dominante – a história dos vencedores – joga com a memória e o esquecimento. De um lado, a versão da história daqueles que venceram a guerra, do outro o silenciamento dos que foram subjugados. A história se manifesta, nesse sentido, como a narrativa que ocupa o

lugar da hegemonia, de quem tem o poder da comunicação e da historicização. Controlar a memória de um povo é controlar seus destinos, suas escolhas, seu tempo e seu espaço. Controlar o passado é controlar também o futuro.

Ao fazer prevalecer a narrativa dos vencedores, esconde-se também a vida que existia antes, cujo modo de funcionamento é silenciado. Um mundo em ruínas é relegado ao esquecimento. Benjamin (1940/2012b) ressalta que todo monumento da cultura, ou da civilização, é também um testemunho da barbárie. Para uma determinada civilização se expandir, outras foram conquistadas e exterminadas. Ficam apenas ruínas como testemunhas. A proposta de Benjamin, então, é que a história, que se deseja libertária, escute a narrativa dos vencidos – escovar a história a contrapelo para trazer à luz o que foi ocultado pela hegemonia.

E essa narrativa silenciada não cessa de tentar ser ouvida. Apesar de submetida ao silenciamento, ela tem encontrado eventualmente caminhos para vir à tona. Nesse ponto, Benjamin (1929/2012a) aproxima o lembrar e o esquecer às ideias de Proust e Freud. Em Proust, ele busca os conceitos de memória voluntária e memória involuntária. A primeira é aquela do cotidiano, da representação social e do acesso fácil e imediato. É a memória registrada nos livros de história. A segunda é a que emerge ao escapar do controle da consciência e que surpreende o sujeito. É a memória que surge em momentos de crise da hegemonia ou em momentos em que a vigilância pode ser subvertida. Ressurge nas cantigas de roda, nos rituais coletivos, nas histórias contadas antes de dormir. Em Freud, Benjamin recupera o conceito de esquecimento e recalque, e as formas como o inconsciente consegue emergir. O que é esquecido não deixa de existir; pelo contrário, pode continuar exercendo influência em todo o funcionamento do psiquismo. O sujeito é também os seus esquecimentos.

Diante da ameaça de esquecimento e morte da história vivida, o ser humano se utiliza de rituais e objetos para evitar que isso aconteça. Túmulos e fotografias são exemplos da luta contra o esquecimento. São tentativas de colocar uma narrativa em uma forma que permaneça no tempo. Contar e recontar histórias vividas, lembrar cantigas do passado, rememorar o que foi escutado em um passado distante sempre foram formas que os grupos humanos encontraram de não deixar seu passado morrer – principalmente em se tratando de grupos marginalizados. Analisando esses elementos, Gagnebin (2014) destaca o ritual funerário e o canto poético como práticas solidárias e análogas entre si. A autora afirma que

se o túmulo é o signo construído com pedras, o poema também é signo, túmulo de palavras; ambos têm por tarefa lembrar aos vivos de amanhã a existência dos mortos de ontem e de hoje. Os traços gravados na pedra funerária encontram uma expansão

na beleza do poema; a recitação e, singularmente, a escrita poética retomam, transfigurando-a, a função fúnebre de dizer a morte, de dizer, portanto, o ausente, mas também de torná-lo presente pela força do canto (Gagnebin, 2014, p. 15-16).

É uma forma de enunciar a morte e a ausência, fazendo com que o objeto perdido reviva de alguma forma. Assim, esse túmulo de pedra ou de palavras se torna também um monumento ou um memorial “que lembra as façanhas dos heróis mortos, sua existência e, ao mesmo passo, sua perda. Mas, através dele, outro ser adquire consistência e se perpetua: a voz do próprio poeta pretende ressoar para sempre” (Gagnebin, 2014, p. 17). Além da voz do próprio poeta, as vozes daqueles que já se foram ou daqueles que não são ouvidos podem ressoar para sempre. O poeta se torna, assim, oráculo das narrativas silenciadas. Essa ideia evoca Benjamin: “o principal, para o autor que rememora, não é absolutamente o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penelope da reminiscência” (Benjamin, 1929/2012a, p. 38). Esse tecido é feito com a tessitura de um passado silenciado, mas que não se cansa de se fazer presente.

Nesse sentido, podemos pensar o poeta ou o escritor como um flâneur, ou melhor, um andarilho, para utilizarmos uma palavra do português. O andarilho é conceituado aqui como aquele que, em suas andanças pela cidade, observa e registra. Em sua escrita, ele organiza e interpreta as transformações da cidade a partir do que vê e escuta, afirma Germano (2009), em seu estudo sobre as ruínas da cidade. Embora imerso na multidão da cidade, o andarilho não se confunde com ela, e dela escuta a versão de uma história da cidade vista por baixo. É dessa escuta que certos andarilhos-poetas retiram os elementos de suas narrativas.

É nesse sentido que compreendemos a literatura e a sua função social. Autores como Machado de Assis, Lima Barreto, Jorge Amado, João Cabral de Melo Neto, Carolina Maria de Jesus, Eliane Marques se propuseram a escrever sobre aquilo que não estava na superfície visível, aquilo que não estava sob as luzes da hegemonia. Assumiram um compromisso com o que escapava à vigilância do discurso hegemônico e revelaram as suas fissuras. Em uma conferência literária, Lima Barreto (1921/2023) defende a ideia de que “o fenômeno artístico é um fenômeno social e o da Arte é social para não dizer sociológico” (p. 119). Nesse sentido, acreditamos em uma possibilidade de se fazer literatura que seja compromissada com a realidade social,

não porque se acredite ingenuamente que a literatura possa, por si mesma, promover a transformação da sociedade e da política, mas porque ela contribui, com sua força expressiva e com a legitimidade simbólica de que ainda desfruta, para construir o universo dos discursos em que ocorrem nossos embates e nos quais fazemos nossas escolhas (Dalcastagnè; Eble, 2017, p. 11).

Literatura que se faz a partir da margem é uma literatura que questiona o estabelecido – tanto no fazer literário quanto na própria sociedade. Quando Lima Barreto traz, com sua linguagem informal, a mulher “mulata”, o trabalhador negro, os moradores dos subúrbios para o centro de sua narrativa, sua escrita abala aquilo que se havia estabelecido como hegemônico do fazer literário. O mesmo acontece com Jorge Amado e o mulato com suas práticas do candomblé ou com os meninos de rua; João Cabral e a travessia retirante para fugir da fome; Carolina Maria de Jesus e seus poemas da fome. É uma literatura que chamamos da margem por trazer sujeitos e temas marginalizados para o centro da narrativa.

A ESCRITA DE LIMA BARRETO

Recordações do escrivão Isaías Caminha, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Clara dos Anjos* não são histórias românticas de superação da pobreza e das humilhações e o encontro com um final feliz. O compromisso de Lima Barreto sempre foi com a denúncia, com o avesso da história. Gomes (2008) afirma que existe uma identidade cultural de resistência em Lima Barreto; Aranha (2017) ressalta que a literatura produzida por Lima Barreto é afrodescendente e sua voz narrativa enfatiza as relações étnico-raciais e de classe; o próprio Lima Barreto nomeou sua literatura de militante. Antonio Candido (1989, p. 40) afirma que a escrita de Lima Barreto era “voltada com lucidez para o desmascaramento da sociedade e a análise das próprias emoções”.

Suas obras *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909/2010) e *Clara dos Anjos* (1924/2017), por exemplo, retratam as questões sociais escravocratas sobre as quais a sociedade brasileira se formou. Almeida (2009) ressalta a importância de se compreender a utilização que Lima faz do real para a construção do seu projeto ficcional. O Brasil descrito nessas obras é um Brasil que não reconhece o sujeito negro como sujeito de desejo e de direitos. Os discursos hegemônicos que silenciam e subjugam as pessoas negras são evidenciados na escrita de Lima à medida que ele vai construindo os enredos e mostrando o cotidiano da margem. Muito dos elementos e dramas que o escritor traz para sua escrita veio de suas próprias vivências de um homem negro do subúrbio. Além dos seus romances, contos e crônicas, Lima também se debruçou sobre suas vivências e seu cotidiano, ora escrevendo em seus diários, ora colocando elementos de si em seus personagens – como Isaías Caminha, Leonardo Flores e Meneses. Suas narrativas, algumas delas de caráter autobiográfico, parecem trazer uma análise de suas dores e sofrimentos juntamente com uma análise crítica da

estrutura social brasileira.

Compreendemos que narrar a própria história transforma o autor em um outro para si mesmo, como em um espelho que reflete o eu passado e o eu presente. É uma busca por reconstrução do próprio passado, mas a partir do presente. Compreendemos também que não se trata apenas de narrar os fatos tal como aconteceram, mas de reconstruir esse passado a partir das novas compreensões desencadeadas no sujeito narrador acerca de si mesmo. A arte da memória e da literatura que abrange os traumas vividos “é a arte da leitura de cicatrizes”, afirma Seligmann-Silva (2003). Talvez possamos pensar a escrita de Lima Barreto como uma arte de leitura das cicatrizes que marcaram sua história, e das cicatrizes que marcam a história dos habitantes da margem de nossa sociedade.

O compromisso social de sua obra – romances, contos e crônicas – sempre esteve de forma manifesta. Em *Clara dos Anjos*, romance analisado neste artigo, nos deparamos com o avesso das histórias românticas que povoaram o imaginário popular durante os anos do Romantismo no Brasil. E, ao mesmo tempo, Lima evidencia certos discursos higienistas e racistas que permeavam, e ainda permeiam, as relações sociais e institucionais no Brasil. Seus dois personagens principais, Clara e Cassi, evocam elementos, da nossa sociedade, ocultados pelo mito da democracia racial e pelo discurso racista fundante.

Com uma linguagem simples, “das ruas”, Lima Barreto tratou de temas políticos, econômicos e sociais. No prefácio à coletânea de contos *História e sonhos*, publicada em 1920, ele afirma que tenta “executar esse ideal em uma língua inteligível a todos, para que todos possam chegar facilmente à compreensão daquilo a que cheguei através de tantas angústias” (Barreto, 1920, p. 11). Sua escrita tinha como objetivo retratar as ruas e a vida cotidiana dos subúrbios, mas também criticar e se opor à ordem estabelecida. Na crônica *Os outros*, publicada em 1915 em *Vida urbana*, o escritor afirma:

Não há prazer maior do que se ouvir pelas ruas, pelos bondes, pelos cafés, as conversas de dois conhecidos.

[...] Na rua, porém, as coisas se passam mais ao vivo e as pontas de conversa merecem ser registradas, às vezes, por disparatadas, em outras, por profundamente sentenciosas, em outras ainda, por serem excessivamente divertidas (Barreto, 1915, s/p).

As andanças pela cidade eram também uma forma de escape de sua casa. A doença de seu pai e um ambiente não acolhedor eram alguns dos motivos que Lima relatou em seu diário para andar pela cidade após o fim do expediente do trabalho. Em um trecho de diário datado de janeiro de 1904, ele desabafa:

Dolorosa vida a minha! Empreguei-me há seis meses e vou exercendo as minhas funções. Minha casa ainda é aquela dolorosa geena [local de suplício eterno pelo fogo; inferno] pra minh'alma. É um mosaico tétrico de dor e de tolice. Meu pai, ambulante, leva a vida imerso na sua insânia. Meu irmão, C..., furta livros e pequenos objetos para vender. Oh! Meu Deus! Que fatal inclinação esse menino! Como me tem sido difícil reprimir a explosão. Seja tudo que Deus quiser! (Barreto, 1904/2021, p. 463).

Algumas vezes de trem ou de bonde, outras a pé, o escritor flanava pela cidade. Observava, parava em algum café para conversar ou para beber e, algumas vezes, nem voltava para casa para dormir. Scheffel (2013, p. 5) ressalta que as andanças de Lima Barreto se diferenciavam das de outros autores brasileiros. Suas andanças tinham como característica ser “um mecanismo de percepção das novas formas de sociabilidade geradas pelo universo da técnica” da modernidade capitalista. A modernização do Rio acirrou a divisão de classe e aumentou a pobreza e o descaso dos poderes públicos. E esse processo forneceu material para que Lima pudesse compor suas narrativas.

Nesse sentido, recorreremos a Benjamin que, ao comparar o flâneur com o poeta, o aproxima também dos trapeiros, que recolhem o lixo descartado pela burguesia e o reaproveita de outra maneira. Benjamin (1938/2015a, p. 81) afirma que

os poetas encontram o lixo da sociedade nas suas ruas, e é também ele que lhes fornece a sua matéria heroica. [...] O poeta é penetrado pelos traços do trapeiro. [...] Um ano antes de ‘O vinho dos trapeiros’ [de Baudelaire] damos com uma representação em prosa dessa figura: ‘Eis o homem cuja função é recolher o lixo de mais um dia na vida da capital, tudo o que a grande cidade rejeitou, perdeu, partiu, é catalogado e colecionado por ele. Vai compulsando os anais da devassidão, o cafarnaum da escória. Faz uma triagem, uma escolha inteligente; procede como um avaro com o seu tesouro, juntando o entulho que, entre as maxilas da deusa da indústria, voltaram a ganhar forma de objetos úteis ou agradáveis. [...] Trapeiro ou poeta – a escória interessa a ambos; ambos exercem, solitários, a sua profissão, a horas em que os burgueses se entregam ao sono; até o gesto é o mesmo em ambos.

Em uma espécie de bricolagem, o escritor retira da sociedade os elementos para compor ou recompor as narrativas. Ele busca aquilo que é descartado ou aquilo que foi soterrado pela modernidade capitalista. Essa sociedade esconde sob as máscaras da alegria e da riqueza ruínas que denunciam a barbárie contra povos e grupos que foram subjugados para que a dita civilização prevalecesse. Assim, o historiador e o escritor, que de fato se comprometem com a crítica social, necessitam assumir uma identidade cultural de resistência, para usarmos o termo de Gomes (2008, p. 47). Uma identidade que se comprometa com os cacos e as ruínas. Essa foi uma identidade construída por Lima Barreto. Fundindo aspectos e sofrimentos pessoais e sociais, sua literatura se constituiu como um ato de resistência.

Compreendemos resistência a partir da conceituação de Alfredo Bosi. Ele concebe a resistência na literatura como sendo

um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições (Bosi, 2002, p. 134).

Na perspectiva de uma literatura de resistência, Lima Barreto retoma a escrita de si como uma forma ampliada de reflexão e ação no mundo. Sua escrita, seja nos diários ou nos textos literários, foi instrumento de autorreflexão, mas também de crítica social. Schwarcz (2019) ressalta que a escrita de si, a partir de Foucault (1983/1994), envolve o testemunho e a história pessoal do escritor como parte fundante de seu texto. É uma forma de escrita em que elementos pessoais e sociais se misturam. Assim, manifestações literárias dessa natureza

mal escondem seus autores por detrás [dos enredos e personagens], [...] representam uma expressão individual, mas também coletiva, uma vez que pautadas por uma experiência de grupo, pela busca pela inclusão social, pela denúncia da exclusão e da discriminação, pela luta por promoção da igualdade e da efetiva liberdade (Schwarcz, 2019, p. 137).

Podemos pensar que essa forma de escrita literária, além de denunciar as mazelas sociais e evidenciar elementos da vivência própria do escritor, teria como função estabelecer um compromisso com a memória. Retomando Benjamin, a escrita de si parece se desenvolver como uma espécie de trama em que os fios da memória, pessoal e social, se entrelaçam com uma análise social e crítica. Se compreendermos a escrita de si como uma forma de narrativa, tal como Benjamin a compreende, podemos afirmar que “ela [a narrativa ou a escrita de si] não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada [...]. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (Benjamin, 1936/2012b, p. 221). A literatura de si parece se configurar como essa busca pelo passado que se configura como uma luta contra o esquecimento. E ela traz em si as marcas do narrador-escritor sobre o que testemunhou. Schwarcz (2019) afirma que a escrita de Lima Barreto é permeada por fantasmas que o assombravam permanentemente. Podemos acrescentar que ele também trazia à tona os fantasmas da história que continuam a assombrar nossa sociedade até os dias atuais.

RELÍQUIAS DE UMA CASA VELHA

Nas primeiras páginas de *Clara dos Anjos*, Lima traz uma dedicatória à sua mãe Amália – “À memória de minha mãe” –, e uma epígrafe em que transcreve uma citação de *História do Brasil*, de 1917, de João Ribeiro: “Alguns as desposavam [as índias]; outros, quase todos, abusavam da inocência delas, como ainda hoje das mestiças, reduzindo-as por igual a concubinas e escravas”. De imediato, temos dois elementos que abrem o romance – um pessoal e outro sócio-histórico.

Amália Augusta era uma mulher negra, filha ilegítima de um senhor que engravidara uma escrava que, depois de alforriada, permaneceu como agregada da família. Esse senhor, dr. Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, se tornou seu padrinho. Nos escritos dos diários de Lima Barreto, não fica muito evidente como era a relação dele com Amália. Quando ela morreu, ele ainda era muito jovem. Mas sua imagem ficou marcada na vida de Lima. Em um de seus desabafos, ele, revoltado, relata a fala com um amigo acerca da letra de uma modinha que objetifica o corpo da mulata e em como ele ficou ofendido como se a letra falasse de sua mãe. A indignação com a maneira como a sociedade tratava as mulheres mulatas aparece não somente na epígrafe do romance ou na memória de sua mãe. Em uma entrada de seu diário datada de 3 de janeiro de 1905, Lima Barreto (2021, p. 496) escreveu:

Minha irmã, esquecida que, como mulata que se quer salvar, deve ter um certo recato, uma certa timidez, se atira ou se quer atirar a toda a espécie de namoros, mais ou menos mal-intencionados, que lhe aparecem. Até bem pouco era na casa do tal Carvalho, onde se reuniam toda a espécie de libertinos vagabundos; cortei essas relações. Agora é na casa do idiota do Sardinha, casa de positivista, o que quer dizer fábrica de namoros. Se a minha irmã não fosse de cor, eu não me importaria, mas o sendo dá-me cuidados, pois que, de mim para mim, que conheço essa nossa sociedade, foge-me o pensamento ao atinar porque eles as requestam.

Todos esses elementos se encontram entranhados nos personagens de *Clara dos Anjos*. A pobreza, a educação destinada para a burguesia, o corpo da mulher negra destinado socialmente apenas para o sexo, o jovem dândi que abusa de seus privilégios, a conivência das autoridades, o abandono dos poderes públicos são elementos vivenciados e observados cotidianamente pelos habitantes dos subúrbios. O Brasil da Primeira República ainda vivenciava resquícios da escravidão, tal como podemos observar nos castigos físicos e chibatadas que os marinheiros negros recebiam como punição; nos baixíssimos salários que os operários recebiam, o que culminou em várias greves violentamente silenciadas; no massacre de Canudos, em que sertanejos mestiços foram mortos. São relíquias dos tempos da

escravidão que insistem em permanecer no início da Primeira República – que já nasceu velha, sem romper com quase nada do período anterior –, e, como veremos, permanecem ainda na nossa atualidade.

CASSI JONES, O DÂNDI RESENTIDO

A construção do personagem Cassi Jones é bastante controversa. Ao mesmo tempo que ele é um jovem branco, representante da classe média com todos os seus privilégios, ele é descrito como um sujeito bronco, sem estudos e arrogante. Sua família, apesar de ter poucos recursos financeiros, ainda sustenta um modo de vida aristocrático com muito louvor às origens estrangeiras. Sem ter estudado ou buscado alguma ocupação, Cassi passeava pela cidade como queria. E, quase sempre, utilizando do capital simbólico de sua identidade social para se sobrepor e tirar proveito das pessoas de classe baixa – ele abusava de jovens mulatas e ludibriava o poeta Leonardo Flores e o dentista Meneses para conseguir poemas e cartas para suas seduções.

Em Cassi Jones, vemos um representante da burguesia que vive na periferia da cidade. É uma família com recursos financeiros limitados, mas que ainda está alocada em uma classe social acima das classes empobrecidas, além do fator de serem brancos. Vivem à sombra da figura de lorde Jones, cuja memória de ter sido ilustre paira sobre a forma como a mãe lida com a decadência do filho. É uma família que vive também à margem da sociedade dos bailes e passeios elegantes. Cassi Jones, único filho homem, não teve instrução – nunca teve paciência e vontade de estudar. Quase analfabeto, não se interessa por sua família, não possui um ofício e nem deseja ter um.

A sua instrução era mais que rudimentar; mas, assim mesmo, talvez devido a uma necessidade íntima de desculpar-se, gostava de ler versos líricos, principalmente os de amor. Não lia jornais, nem coisa alguma; mas, num retalho apanhado aqui, num almanaque acolá, num livro que lhe ia ter às mãos, sem saber como, conseguia ler alguns e os entender pela metade. Deles, desses sonetos e mais poesias que, por acaso iam parar em seu poder, ele concluía, com a sua estupidez congênita, com a sua perversidade inata, que tinha o direito de fazer o que fazia, porque os poetas proclamam o dever de amar e dão ao Amor todos os direitos, e estava acima de tudo a Paixão. Vê-se bem que ele não sentia nada do que, poetas medíocres que o guiavam nas suas torpezas, falavam; e, sem querer apelar para grandes ou pequenos poetas, percebia-se perfeitamente que nele não havia amor de nenhuma natureza e em nenhum grau. Era concupiscência aliada à sórdida economia, com uma falta de senso moral digna de um criminoso nato – o que havia nele (Barreto, 1924/2017, p. 172).

Passeia livremente pelos subúrbios, com seu violão e suas modinhas, seduzindo jovens

mulatas e delas abusando e abandonando. Consegue se ver no espelho apenas quando precisa ir à cidade e se vê contrastado com uma cidade elegante, com seus letreiros, jornais e cardápios que ele lê sem entender o que está escrito. Ou quando se depara com os jornais e jornalistas que denunciam suas falcatruas e abusos e lhe fazem críticas:

Nesse dia, despertou cedo, banhou-se cuidadosamente, escolheu bem a roupa branca, viu bem se a meia não estava furada, escovou o terno cintado e, cuidadosamente, meteu mão à obra de vestir-se com apuro para ir à “cidade”. Raramente, vinha ao centro. [...] Não gostava mesmo do centro. Implicava com aqueles elegantes que se postavam nas esquinas e nas calçadas. Achava-os ridículos, exibindo luxos de bengalas, anéis e pulseiras de relógio. É verdade, pensava consigo, que ele usava tudo aquilo; mas era com modéstia, não se exibia. Recordava que não tinha poses, mas, mesmo que as tivesse, não se daria a tal ridículo... Essa sua filosofia sobre a elegância, de elegante suburbano, ele aplicava às moças. Quanto dengue! Para que aqueles passos estudados? Aqueles modos de dizer adeus? Achava tudo ridículo, exagerado, copiado, mas não sabia bem de que modelo. O que, de fato, sentia não era isso que expunha aos amigos ou às belezas suburbanas que, porventura, requestasse. O que ele sentia diante daquilo tudo, daquelas maneiras, daqueles ademanos, daquelas conversas que não entendia, era sua ignorância, a sua grosseria nativa, a sua falta de educação e de gosto. O seu ódio, então, ia forte para os poetas e jornalistas, sobretudo, para estes. Não perdoava as descalçadeiras, os deboches que lhe passavam, quando tinham de denunciar alguma de suas ignóbeis proezas. Uns sujeitos! – dizia –; uns malandros! – continuava – que querem ditar moral. O seu primeiro ímpeto, quando lia a notícia a seu respeito, era atirar-se contra um deles, naturalmente o que lhe parecesse mais fraco; e desancá-lo de pancadas. Sustinha, porém, o ímpeto, porque sabia, se tal fizesse, estaria perdido. A guerra seria sem tréguas e, “novos e velhos” da sua interminável conta saíriam à luz. Secretamente, tinha respeito pela cidade, respeito de suburbano genuíno que ele era, mal-educado, bronco e analfabeto (Barreto, 1924/2017, p. 254-255).

Cassi é o avesso do que se espera de um jovem rapaz branco de classe média, e, ao se deparar com o reflexo de quem de fato é, ele foge. Ao invés de usar de sua posição marginal para denunciar a futilidade e superficialidade da vida social da cidade, ele se ressentido e volta ao subúrbio. Ali, ele é conhecido, enquanto na cidade, ninguém sequer nota a sua presença.

Como é que ali, naquelas ruas elegantes, tal tipo, tão mal-vestido, era festejado, enquanto ele, Cassi, passava despercebido? Atinava com a resposta, mas não queria responder a si mesmo. Mal a formulava, se apressava-se em pensar noutra coisa. Na “cidade”, como se diz, ele percebia toda a sua inferioridade de inteligência, de educação; a sua rusticidade, diante daqueles rapazes a conversar sobre coisas de que ele não entendia e a trocar pilhérias; em face da sofreguidão com que liam os placards dos jornais, tratando de assuntos cuja importância ele não avaliava, Cassi vexava-se de não suportar a leitura; comparando o desembaraço com que os fregueses pediam bebida variadas e esquisitas, lembrava-se que nem mesmo o nome delas sabia pronunciar; olhando aquelas senhoras e moças que lhe pareciam rainhas e princesas, tal e qual o bárbaro que viu, no Senado de Roma, só reis, sentia-se humilde; enfim, todo aquele conjunto de coisas finas, de atitudes apuradas, de hábitos de polidez e urbanidade, de franqueza no gastar, reduziam-lhe a personalidade de medíocre Suburbano, de vagabundo doméstico, a quase coisa alguma (Barreto, 1924/2017, p. 256-257).

Encontramos em Cassi, por trás de um sobrenome antigo com raízes inglesas, um sujeito ressentido. O ressentimento se constitui de uma voracidade que destrói tudo à sua volta. O sujeito tomado por esse sentimento busca sempre um gozo na destruição do outro, que lhe é diferente ou percebido como melhor. Essa voracidade pode levar, do mesmo modo, à sua própria destruição. Cassi não tem apego a nada – estudos, família, trabalho –, apenas um apego a seus galos de briga, mas que, na primeira oportunidade de vendê-los para fugir, o fez. Esses elementos representam, em nossa sociedade, funções importantes para o reconhecimento do sujeito enquanto cidadão e portador de direitos. Caminhando na direção contrária do pacto civilizatório, Cassi cultiva o que está fora da lei – as rinhas de galo e o abuso de mulheres. Junto a isso, a própria sedução e suas manhas, que ele tanto critica nos jovens de classe alta, são um instrumento de perversão das normas de funcionamento da vida social, mas também de perversão da lógica da alteridade.

Nos textos *O futuro de uma ilusão* (Freud, 1927/2010) e *Mal-estar na civilização* (Freud, 1930/2014), Freud analisa alguns fundamentos de nossa civilização moderna ocidental. Para que a vida em comunidade se tornasse viável, algumas restrições foram necessárias aos membros dos rudimentares agrupamentos humanos. Restringir e coibir os impulsos agressivos e sexuais foram os fundamentos sobre os quais nossa civilização nasceu. Renunciamos à satisfação plena de nossos impulsos, nos inserimos em uma cultura e nos identificamos com seus ideais. Como desdobramento da não-satisfação plena dos impulsos, parte da pulsão recalcada foi sublimada e revertida em produção cultural. Os produtos culturais, portanto, são resultantes da barbárie reprimida. Nossos bens culturais, como a música, a literatura, a arte, bem como todos os elementos que compõem nossa cultura, estão imbricados no pacto civilizatório fundante. Defendemos nossa cultura e suas instituições porque elas representam o fundamento de nosso pacto de civilização. Respeito, alteridade, generosidade, aceitação, colaboração, parceria são elementos que permeiam nossas relações sociais, e os bens culturais são os principais meios de sua propagação. Além disso, são eles que oferecem para o sujeito do mal-estar elementos para aliviar sua angústia decorrente do desamparo e do recalque de parte de suas pulsões.

A arte e todos os bens culturais são resultado de nossa tentativa de superar a tendência à agressividade e destruição. É ela, a cultura, que nasce como resultante do recalque de nossas pulsões e nos ajuda a descarregar a energia que não pode atingir seu objetivo originário – a destruição do outro. Essa descarga se dá tanto pela produção da arte, como pelo seu consumo. Ou seja, assistir, ler e escutar o que a arte produz gera também descarga pulsional. Segundo Freud (1927/2010, p. 245), a arte

oferece satisfações substitutivas para as mais antigas renúncias ligadas à cultura, ainda hoje as mais profundamente sentidas, e por isso contribui, mais que qualquer outra coisa, para reconciliar-nos com os sacrifícios que envolvem essas renúncias. Por outro lado, suas criações elevam os sentimentos de identificação, de que todo grupo cultural necessita, ao dar ensejo a experiências emocionais vivenciadas conjuntamente e altamente apreciadas. Mas também servem à satisfação narcísica, quando representam as realizações de determinada cultura e lembram, de forma impressionante, os seus ideais.

A arte e os bens culturais carregam a história da civilização e a história da formação de um povo. São elementos que identificam os valores culturais-civilizatórios e com os quais os membros daquele grupo se identificam. Se a cultura é produto do pacto civilizatório que funda a comunidade humana, seus membros são portadores dessa cultura e de suas regras de funcionamento. Freud (1927/2010) se refere a isso a partir da ideia da formação do Supereu. A coação externa à expansão dos desejos agressivos vai, aos poucos, sendo internalizada e é acolhida por “uma instância psíquica especial, o Super-eu” (p. 241). O Supereu se torna, então, “um valiosíssimo patrimônio cultural psicológico. As pessoas nas quais ele se realizou passam de adversários a portadores da cultura” (p. 241).

O problema começa a se configurar quando alguns membros não se identificam com os ideais civilizatórios. É como se a internalização das regras de funcionamento e dos ideais tivessem sido internalizadas de forma inadequada ou inoperante. Quando isso ocorre, Freud afirma que esses sujeitos se tornam hostis à sociedade e aos bens culturais que se identificam com ela. Essa hostilidade, muitas vezes, se torna agressividade manifesta. Principalmente, quando esses elementos estabelecem freios aos seus desejos. É o que vemos quando Cassi Jones decide matar Marramaque, por exemplo.

A dificuldade de determinados grupos em aderir aos ideais civilizatórios, tal como discorrido por Freud (1927/2010), leva alguns sujeitos a atacar pessoas e instituições que são identificadas com esses ideais. O processo parece ser o seguinte: diante da incapacidade de internalizar os valores educacionais, culturais e civilizatórios da sociedade, e ser identificado com um sujeito de saber, esse indivíduo se vê impedido de usufruir e de compreender certos espaços sociais. Ao se perceber incapaz dessa compreensão, nasce um ressentimento contra tudo e todos que se aproximem desses ideais. São pessoas que, muitas vezes, frequentaram a escola e a universidade, mas não entenderam o poder transformador da Educação. São sujeitos que, muitas vezes, têm poder econômico para viajar e comprar, mas não compreendem o custo do trabalho. Não conseguem perceber, por exemplo, que o pagamento do trabalhador é feito através das horas de vida transformadas em dinheiro. São pessoas que fazem doações e caridade, mas não conseguem compreender o sentido da justiça social. Frequentam igrejas e

fazem orações, mas são incapazes de se indignarem com a desigualdade social, com o extermínio dos jovens negros ou com a morte dos indígenas e das mulheres.

Ao contrário, gozam com o mal infringido contra os outros. Por não compreenderem os ideais civilizatórios da igualdade, do respeito, da alteridade, da generosidade e da colaboração, atacam e odeiam suas instituições e as pessoas que as representam, assim como Cassi odiava os jornais, o trabalho e quem ousasse se colocar em seu caminho. Não suportam a ideia de que existem pessoas com valores diferentes que os seus. Segundo Migliavacca (2018), talvez fosse mais adequado afirmar que, nos sujeitos ressentidos, “a voracidade, a espoliação, a destrutividade e a malignidade imperam onde falta a mínima capacidade de empatia e de humanidade com o outro” (p. 72). A inveja associada ao ressentimento tem forte poder destrutivo – canaliza a pulsão agressiva ao outro e a si mesmo.

Em determinado momento da narrativa, Clara conta para Cassi que seu padrinho, Marramaque, tinha ido até sua casa e conversado com seus pais sobre os perigos que Cassi representava para ela. Marramaque havia argumentado:

– Pois, então, você, compadre, quer meter semelhante pústula dentro de sua casa? Você não sabe quem é esse Cassi? Se o pai não quer saber dele, é porque boa coisa ele não é. Ele não só desonra a família dos outros, como envergonha própria. As irmãs, que são moças distintas, já podiam estar bem casadas; mas ninguém quer ser cunhado de Cassi. Ele se diz sempre correspondido, que se quer casar etc., para dar o bote. Quando fica satisfeito, escorrega pelas malhas da justiça e da polícia, e ri-se das pobrezinhas que atirou a desgraça. Você não vê que, se ele se quisesse casar, não escolheria Clara, uma mulatinha pobre, filha de um simples carteiro? (Barreto, 1924/2017, p. 236).

Cassi ficou irado com a possibilidade de alguém se colocar entre ele e seu desejo. Diante disso, decidiu dar uma surra e matar o padrinho. Com alguns amigos, arquitetou seu plano mórbido, que eles executaram em uma madrugada. Espancaram Marramaque e o deixaram para morrer na rua:

O que havia, era simples: Cassi premeditava simplesmente, friamente, cruelmente, o assassinato de Marramaque. Quando ele falou a respeito Arnaldo, limitou-se a dizer: “Vamos dar-lhe uma surra”. “Por quê?”, perguntou o outro. Ele respondeu: “Esse velho está abusando de ser aleijado, para me insultar. Merece uma surra”. Não iam sová-lo, sabiam os dois desalmados; iam matá-lo...

[...] Os dois descarregaram-lhe os cassetes em cima, pela cabeça, por todo o corpo; e o pobre Marramaque, logo à primeira paulada, caiu sobre um lado, arfando, mas já sem fala. Malharam-no ainda com toda a força e raiva, sem dó nem piedade; e fugiram, quando lhes pareceu momento azado.

No dia seguinte, ao passarem os primeiros transeuntes, ele estava morto. E, assim, morreu o pobre corajoso Antônio da Silva Marramaque, que, aos 18 anos, no fundo de um “armazém” da roça, sonhara as glórias de Casimiro de Abreu e acabara contínuo de secretaria, e assassinado, devido à grandeza de seu caráter e à sua coragem moral. Não fez versos ou os fez maus; mas, ao seu jeito, foi um herói e um poeta... Que Deus o recompense! (Barreto, 1924/2017, pp. 239-240).

Cassi carregava e cultivava um ressentimento diante das classes altas e acabava por descarregar esse ressentimento pervertendo as regras sociais e vitimando jovens de classe baixa. É como se, ao fazer isso, ele se sentisse superior novamente. Lima Barreto afirma que “a mórbida ternura da mãe por ele, a que não eram estranhas as suas vaidades pessoais, junto à indiferença desdenhosa do pai, com o tempo, fizeram de Cassi o tipo mais completo de vagabundo doméstico que se pode imaginar” (Barreto, 1924/2017, p. 98). Acostumado a ter suas vaidades saciadas, Cassi foi em busca de satisfação também fora do lar materno. Na cidade, diante de pessoas da alta sociedade, com suas roupas elegantes e seus cardápios em francês, Cassi seria, facilmente, alvo de chacotas por sua situação financeira difícil. Além disso, como buscar reconhecimento em um lugar em que sua reputação já estava negativamente construída pelo noticiamento de seus crimes contra as mulheres. Ele se voltou, assim, para o subúrbio. Com sua malemolência e sedução, conseguiu construir alguns laços de amizade e se tornou conhecido. Inicialmente, como violeiro e modinheiro, posteriormente como sedutor de moças. Quando seduzia uma moça e sua família o denunciava nos jornais ou na delegacia, sua mãe o socorria; utilizando do capital simbólico de sua família, o livrava de se casar com uma “mulatinha”, conforme falava a mãe de Cassi. Além disso, Cassi contava com o apoio do próprio sistema judiciário e tinha o apoio e a “benevolência secreta de juízes e delegados, que, no íntimo, julgavam absurdo o casamento dele com as suas vítimas, devido à diferença de educação, de nascimento, de cor, de instrução” (p. 191). Diante da situação de escândalo, Cassi Jones alterava seu itinerário e se deslocava para outra região suburbana, mas sempre contando com a proteção e ajuda de outros amigos como ele.

CLARA DOS ANJOS E OS DEVANEIOS

Clara dos Anjos, entretanto, é o oposto de Cassi Jones. Clara não se movia pelas ruas. Criada e educada por sua mãe em casa, ela era vigiada por seus pais o tempo todo. Quando precisava ir à rua, era sempre acompanhada por sua madrinha. O contato maior que Clara teve com o mundo externo foi com as rodas de violão e modinhas que seu pai organizava em sua própria casa. Sua natureza era, assim, mais apática; conversava pouco e era dada a devaneios:

Clara era uma natureza amorfa, pastosa, que precisava de mãos fortes que modelassem e fixassem. Seus pais não seriam capazes disso. A mãe não tinha caráter, no bom sentido, para o fazer; limitava-se a vigiá-la caninamente; e o pai, devido aos seus afazeres, passava a maioria do tempo longe dela. E ela vivia toda entregue a um sonho lânguido de modinhas e descantes, entoadas por seestrosos cantores, como o tal Cassi e outros exploradores da morbidez do violão. O mundo se

lhe representava como povoado de suas dúvidas, de queixumes de viola, a suspirar de amor. Na sua cabeça, não entrava que a nossa vida tem muito de sério, de responsabilidade, qualquer que seja a nossa condição e nosso sexo. [...] A filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o seu destino, observar os fatos e tirar ilações e conclusões. A idade, o sexo e a falsa educação que recebera, tinham muita culpa nisso tudo; mas a sua falta de individualidade não corrigia a sua obliquada visão da vida. Para ela, a oposição que, em casa, se fazia a Cassi, era sem base. Ele tinha feito isto e aquilo; mas – interrogava ela – quem diria que ele fizesse o mesmo em casa de seu pai? (Barreto, 1924/2017, p. 219-220).

A personalidade de Clara se formou de maneira bastante frágil. Questões ligadas ao afeto, ao amor, às relações e ao casamento, por exemplo, foram conhecidas através das letras das modinhas. E era nessas modinhas que Clara pensava e devaneava o dia todo. Os sonhos de um amor que ultrapassasse as barreiras sociais de raça e classe econômica permeavam o imaginário de Clara. A arte aqui – a poesia das modinhas – serviu apenas para reforçar o mito da democracia racial, em que todos são iguais e tem iguais chances de ascensão social e de usufruto dos bens culturais. Numa espécie de bovarismo, Clara sonhava uma outra vida sem sequer ter consciência da vida que levava, de sua classe social e de como a sociedade via pessoas negras. E esse foi um elemento fundamental para que ela cedesse facilmente às investidas de Cassi:

Habituada às musicatas do pai e dos amigos, crescera cheia de vapores de modinhas e enfumagara a sua pequena alma de rapariga pobre e de cor com os dengues e o simplório sentimentalismo amoroso dos descantes [cantos populares acompanhados de um instrumento musical] e cantarolas populares (BARRETO, 1924/2017, p. 124). Enganava-se com a eficiência dela [da educação dada por sua mãe]; porque, reclusa, sem convivência, sem relações, a filha não pôde adquirir uma pequena experiência da vida e notícia das abjeções de que está cheia, como também a sua pequenina alma de mulher, por demais comprimida, havia de se extravasar em sonhos, em sonhos de amor, de um amor extrarreal, com estranhas reações físicas e psíquicas. Acresce, ainda, que era geral em sua casa o gosto de modinhas. Sua mãe gostava, seu pai e seu padrinho também. Quase sempre havia seções de modinhas e violões na sua residência. Esse gosto é contagioso e encontrava, no estado sentimental e moral de Clara, terreno propício para propagar-se. As modinhas falam muito de amor, algumas delas são lúbricas até; e ela, aos poucos, foi organizando uma teoria do amor, com os descantes do pai e de seus amigos. O amor tudo pode, para ele não há obstáculos de raça, de fortuna, de condição; ele vence, com ou sem pretor, zomba da Igreja e da Fortuna, e o estado amoroso é a maior delícia da nossa existência, que se deve procurar gozá-lo e sofrê-lo, seja como for. O martírio até dá-lhe mais requinte... (Barreto, 1924/2017, p. 148-149).

A personagem e todo o seu drama de ter sido seduzida e depois abandonada grávida por um dândi branco parecem ecoar as histórias de negras e indígenas do passado. Corpos de mulheres que eram violentamente colocados para o prazer masculino do colonizador. Lelia Gonzalez (1979/2020) aponta para um discurso de objetificação do corpo da mulher negra para o trabalho e para o sexo. Ela relembra uma expressão que resume esse discurso: “branca

pra casar, negra pra trabalhar, mulata pra fornicar”. Lima Barreto se mostra, por meio de seu narrador, comprometido em denunciar a perversidade do laço social que envolve as mulheres não-brancas – são diversas vozes que ainda ecoam nas entrelinhas do romance. Ele inicia seu romance denunciando o abuso das mulheres indígenas e, posteriormente, das mulatas, e termina o romance com um desabafo de Clara dizendo não ser nada nessa vida, diante de tanto descaso e maldade.

À medida que observamos Clara em seu envolvimento com Cassi e consequente infortúnio, percebemos um processo de tomada de consciência. Se, aos primeiros contatos com Cassi, ela acreditava em um amor verdadeiro que ultrapassava as fronteiras da raça e da classe social, ao final de sua narrativa, ela percebe que naquela sociedade mulheres negras e pobres como ela não era nada nesse mundo. Foi com a voz em desespero que ela, após retornar da casa de Cassi e de conversar com seus pais, desabafa frente a sua mãe:

Num dado momento, Clara ergueu-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente sua mãe, dizendo, com um grande acento de desespero:

– Mamãe! Mamãe!

– Que é minha filha?

– Nós não somos nada nesta vida (Barreto, 1924/2017, p. 294).

Lima Barreto parece denunciar aqui o modelo do sistema educacional daquela época. Após a Lei do Ventre Livre, a educação básica passou a ser obrigatória e oferecida pelo Estado. Entretanto, era mais comum que as meninas fossem para colégios internos, quando abastadas, ou não frequentassem as escolas e recebessem educação em casa, através de tutores ou, como no caso de Clara, pela própria mãe. Para as meninas, não era uma educação abrangente. Além de alfabetizadas, elas recebiam noções básicas de matemática e aprendiam a costurar, bordar e, dependendo da classe social, a cavalgar e tocar algum instrumento musical. Uma educação sumária, diria Machado de Assis, em *Quincas Borba*: “ler, escrever, doutrina e algumas obras de agulha [...] aprender piano e francês” (Assis, 1899/2016, p. 286). Com Clara, essa parca educação não conseguiu prepará-la para a vida, pois, além de sua mãe estar também mergulhada nesse mundo de abandono social e não conversar com ela sobre a vida, sua família não tinha uma vida social fora de casa, onde Clara pudesse lidar com o diferente.

EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA PARA CASSIS E CLARAS

Ambos os personagens receberam uma educação que não desenvolveu uma consciência de classe e uma visão crítica da sociedade. Cassi era quase analfabeto, segundo a

descrição de Lima Barreto; sequer conseguia entender o que lia, e lia poesia apenas para manter uma pose de classe média. Clara teve uma educação que em nada a ajudou a lidar com questões da vida, do amor e da sociedade. Apesar de haver uma legislação educacional na Primeira República, o ensino não era democrático (Lopes, 2006). Descentralizada, a educação básica, universal e obrigatória não alcançava todos os estratos sociais e era bastante precária em quase todas as regiões do país. Isso resultava, obviamente, em uma alta taxa de analfabetismo e evasão escolar entre as classes empobrecidas. A educação secundária e superior era, da mesma forma, de difícil acesso aos estudantes pobres e negros. O custo das mensalidades e do material escolar era altíssimo, além da necessidade de aprovação nos exames admissionais. O controle do acesso à educação superior era uma forma de manter os privilégios das classes altas. Freitas (2018), em pesquisa sobre a educação da ralé, destaca como essa ordem social burguesa reivindicava o direito ao ensino médio gratuito, mas com exigências para o ingresso.

No conto *O moleque*, Lima Barreto (1920) relata a seguinte situação:

A mãe tinha vontade de pô-lo no colégio; ela sentia a necessidade disso todas as vezes que era obrigada a somar os réis. Não sabendo ler, escrever e contar, tinha que pedir a “seu” Frederico, aquele “branco” que fora colega de seu marido. Mas, pondo-o no colégio, quem havia de levar-lhe e trazer-lhe a roupa? Quem havia de fazer-lhe as compras?

Como enviar o filho para a escola, se era necessário trabalhar para garantir moradia e alimentação? Por mais que a mãe reconheça a importância da educação para a conquista de um mínimo de autonomia, para não depender do “branco”, o trabalho era mais urgente. A realidade da burguesia era outra. Com fontes de renda estáveis e sem a necessidade de que os filhos trabalhassem, era natural que as crianças e jovens fossem à escola e completassem todo o ciclo até o nível superior. Essa realidade se mantém em nossa sociedade contemporânea. Diante da baixa renda e de uma cultura escolar que requer disciplina, atenção concentrada, empenho para estudar em casa – habilidades que os filhos das classes média e alta aprendem em casa – as crianças e adolescentes de classe baixa irão apresentar um enorme desinteresse e dificuldade em aprender, destaca Freitas (2018). Esses elementos fazem parte de um capital simbólico vetado para as classes empobrecidas.

Percebemos, assim, uma educação que foi pensada para atender as necessidades das classes média e alta. Pesquisas como a de Freitas (2018) e as publicações organizadas por Real, Furtado e Baptista (2021), além dos estudos de Freire (1968/2017), nos mostram que, ainda hoje, nossas escolas precisam avançar na formação para a cidadania. É importante que

as instituições de formação de professores questionem e observem se os alunos de classe média, por exemplo, saem da escola apenas para reproduzir e repetir os mesmos discursos ideológicos que permeiam a sociedade ou se conseguem elaborar um discurso de crítica e construir uma prática que rompa com esse modelo meritocrático, que reforça o mito da democracia racial. Além disso, é necessário compreender os processos que levam a educação ofertada aos alunos de classe baixa a se constituir como uma educação alheia ao contexto em que as pessoas vivem, não construindo um sentido para suas vidas. Não é à toa que o índice de repetência e evasão das escolas públicas, segundo o Censo Escolar 2023 (Brasil, 2023), tem se mostrado preocupante no ensino médio de escolas públicas.

Paulo Freire (1968/2017) nos ensina que a verdadeira solidariedade – que deveria ser desenvolvida também na escola – é aquela que luta, com os oprimidos, “para a transformação da realidade objetiva que os [opressores e oprimidos] fazem ser este ‘ser para outro’” (p. 49). A educação de Cassi Jones e Clara em nada contribuiu para que a relação de opressão se rompesse. Cassi, identificado com o modelo burguês, racista e patriarcal, abusava de jovens negras e periféricas; se envolvia ilegalmente nas rinhas de galo e acabou por mandar matar um homem. Clara não se via em perigo diante de tantas ameaças da sociedade por ser mulher, negra e pobre. Trata-se de um modelo de educação que ainda permanece atual.

Uma educação libertária é aquela que traz as vozes das múltiplas histórias escondidas sob a história dominante. Chimamanda Adichie, em sua conferência *O perigo de uma história única*, alerta que um dos perigos da história única é que ela cria estereótipos que reduzem as pessoas e generalizam todo um povo. A história dominante é a história dos vencedores, conforme Benjamin, que esconde a barbárie do silenciamento dos vencidos. No Brasil, as leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008² foram constituídas para garantir que as histórias africanas e indígenas, assim como as religiões de matriz africanas, fossem contadas e ensinadas nas escolas. Adichie ressalta que quando mudamos o ponto de vista a partir do qual a história é contada, surge uma outra história. “Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente”, ela argumenta (Adichie, 2009/2019, p. 23).

As histórias das culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas foram e são feitas de narrativas de homens e mulheres silenciados e embrutecidos pelo trabalho opressor e por uma educação opressora. Essas vozes ainda ecoam pelas ruas de nossas cidades. Benjamin, em suas teses sobre o conceito de história, ressalta que

² Essas leis alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB para incluir a obrigatoriedade do ensino de ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Africana’ e ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’.

o passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? [...]. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente (Benjamin, 1940/2012d, p. 242).

As narrativas de diversas pessoas que marcaram a história de nosso país e lutaram contra a escravidão e a espoliação dos trabalhadores são trajetórias que precisam ser contadas. As histórias de mulheres reais ecoam na narrativa de *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, ou na narrativa de Carolina Maria de Jesus, em seus diários e poemas, ou na narrativa de *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, e precisam ser compartilhadas. São percursos de vida que ensinam e ajudam na tomada de consciência. Adichie (2009/2019, p. 32) escreve que

as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

A escola precisa questionar os modelos hegemônicos que estabelecem os ideais burgueses como modelos identificatórios, de forma que o oprimido reconheça a perversidade de se identificar com o opressor, e que o opressor se reconheça como tal e reconheça a dor do oprimido. Trata-se, nos alerta Schlesener (2011), de destruir essa imagem do passado legada pela história dos vencedores e de submetê-la à crítica radical para, a partir disso, construir uma nova constelação de significados. A autora ainda argumenta que “questionar um tempo repetitivo e vazio que nega inclusive a memória e, com ela, a possibilidade de um futuro, significa mostrar o absurdo de uma história que, esvaziada de significados, pensamentos e ações, retira das classes subalternas qualquer possibilidade de resistência” (Schlesener, 2011, p. 22). Este, talvez, tenha sido o maior legado de Lima Barreto para as gerações que o sucederam: questionar e criticar para poder reconstruir.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. (Obra originalmente publicada em 2009).

ALMEIDA, Luis Alberto Scotto de. A atualidade da obra de ficção de Lima Barreto – muito além do autobiográfico. **Revista Literatura em Debate**, v. 4, n. 5, p. 101-116, 2009.

ARANHA, Gervácio Batista. Literatura engajada e afrodescendência em Lima Barreto. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**. 2017. Disponível em:

<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais#G>

BARRETO, Lima. *Amplius! Prefácio*. In: **Histórias e sonhos**. Rio de Janeiro: Livraria Editora de Gianlorenzo Schettino, 1920. p. 7-11.

BARRETO, Lima. *O moleque*. In: **Histórias e sonhos**. Rio de Janeiro: Livraria Editora de Gianlorenzo Schettino, 1920. p. 13-26.

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2012 (Originalmente publicado em 1948).

BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. In: **Lima Barreto: obra reunida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. v. 2. p. 449-675. (Originalmente escrito entre 1903 e 1921).

BARRETO, Lima. **Toda a crônica de Lima Barreto**: volume único. Edição do Kindle. s/d.

BENJAMIN, Walter. *A imagem de Proust*. In: **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de S. P. Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012a. v. 1. p. 241-252. (Originalmente publicado em 1929).

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de S. P. Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012b. v. 1. (Originalmente publicado em 1940).

BENJAMIN, Walter. *O narrador*. In: **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de S. P. Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012c. v. 1. (Originalmente publicado em 1936).

BENJAMIN, Walter. *A Paris do Segundo Império na obra de Baudelaire*. In: **Baudelaire e a modernidade**. Tradução e organização de J. Barrento. São Paulo: Autêntica, 2015. p. 9-102. (Originalmente publicado em 1938).

BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Ministério da Educação: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. 2023. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

DALCASTAGNÈ, Regina, EBLE, Laeticia Jensen. Apresentação. In: DALCASTAGNÈ, Regina, EBLE, Laeticia Jensen (org.). **Literatura e exclusão**. Porto Alegre: Zouk. 2017. p. 11-14.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. (Originalmente publicado em 1968).

FREITAS, Lorena. A instituição do fracasso – a educação da ralé. In SOUZA, Jesse et al. (org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 3. ed. São Paulo: ContraCorrente, 2018. p. 303-328.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GERMANO, Idilva Maria Pires. As ruínas da cidade grande: imagens da experiência urbana na literatura brasileira contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 425-446, 2009.

GOMES, Carlos Magno. A identidade cultural engajada de Lima Barreto. **Revista Fórum Identidades**, v. 3, p. 47-55, 2008.

GONZALEZ, Lelia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020. p. 49-64. (Originalmente publicado em 1979).

LOPES, Silvana Fernandes. A educação escolar na Primeira República: a perspectiva da Lima Barreto. **Revista HISTEDBR**, n. 400, p. 1-22, 2006.

REAL, Márcio Penna Corte; FURTADO, Rita Márcia; BAPTISTA, Tadeu João. (org.). **Arte, estética e processos educacionais: reflexões sobre os exercícios de sentir, de saber e de poder**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2021.

SCHEFFEL, Marcos Vinicius. Lima Barreto: o flâneur engajado? In: **Anais do XIII Congresso Internacional da ABRALIC**. 2013. Disponível em: <https://abralic.org.br/anais/?p=1&ano=2013>

SCHLESENER, Anita. **Os tempos da história: leituras de Walter Benjamin**. São Paulo: Liber Livro, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lima Barreto e a escrita de si. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 137-153, 2019.

SOBRE A AUTORA

Priscilla Melo Ribeiro de Lima

Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). Docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (PPGP/UFG). Mestrado e Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (PPG-PSICC/UnB). Pós-doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Literatura da Universidade de Brasília (PosLIT/UnB)

Email: primlima@ufg.br

Artigo recebido em 30/08/2024.
Artigo aceito em 31/10/2024.